

POLÍTICA ECONÔMICA

“Empresários podem começar, pagando impostos”

por Nêra Gonzalez
de São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, esteve na sexta-feira na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) com uma série de reivindicações aos empresários: pagamento de impostos; aumento de produtividade; e repasse dessa redução de custos nos preços.

Fernando Henrique falou a uma platéia de cerca de 300 industriais e, ao final, disse que eles poderiam colaborar com o plano econômico do governo cumprindo suas obrigações tributárias. “Eles podem começar pagando os impostos direitinho, como o PIS e o Cofins”, disse o ministro. Ele também classificou de “criminosas” as remarcações de preços feitas através do repasse de índices, sem aumentos de produtividade.

O ministro pediu aos empresários que adotem uma “postura mais condizente”, alegando que apenas medidas conjuntas terão efeito na retomada do crescimento. Do lado do governo, ele justificou os últimos aumentos das tarifas públicas, acima da inflação. “O setor elétrico tem o compromisso de aumentar as tarifas em 8% reais até outubro. No caso dos telefones, a recomposição já foi concluída, e o aumento dos derivados de petróleo deve ser gradual, acompanhado aumentos de produtividade da Petrobrás.”

O governo reconhece que não pode rotular todos os empresários sob a mesma rubrica. Fernando Henrique disse que há três divisões: os inadimplentes, que não conseguem pagar; os que recorrem à Justiça; e os sonegadores. “Não podemos jogar todos eles numa vala comum”, disse o ministro que, no entanto, não contestou o direito de os empresários recorrerem à via judicial — mas pediu que voltem a pagar o Cofins que tem a maioria de seus recursos depositados em juízo.

O ministro foi bastante aplaudido, mesmo durante sua palestra, de uma hora de duração, e nos 40 minutos que dedicou a responder às questões dos empre-

sários. Ele reconheceu que o governo detém uma parte importante da culpa pela inflação e disse que a maioria dela situa-se na faixa entre o Banco Central e o Tesouro.

Fernando Henrique também defendeu a criação de um escritório nos moldes do United States Trade Representative (USTR), organismo do governo norte-americano que regula o comércio exterior, e disse que o Brasil pedirá salvaguardas e medidas protecionistas toda vez que se sentir prejudicado.

A chegada do ministro à sede da FIESP foi acompanhada de uma manifestação de ambientalistas que atiraram água da represa Billings e peixes mortos dentro do prédio, próximo aos elevadores de acesso do térreo, mas o ministro não passou pelo local (entrou por outro acesso) e tudo foi rapidamente limpa-

do. Eis os principais pontos do encontro:

• **Estatais** — O ministro acha que o Estado deve deixar de atuar em certas áreas, como a de telecomunicações. “Sou favorável à quebra do monopólio nesse setor”, disse. Segundo ele, até mesmo a Petrobrás já está mais flexível quanto ao assunto.

• **Ministérios** — Fernando Henrique é favorável a um tipo de enxugamento administrativo. “Acho até que alguns ministérios deveriam acabar”, disse, sem querer precisar pois “pode haver algum do meu partido”.

• **Alfândegas** — O ministro disse que ainda não teve tempo de analisar os problemas decorrentes das greves nas fronteiras, que influenciam de forma negativa as exportações brasileiras. Mas prometeu interterir.

• **Exportações** — O governo não pretende dar subsídios, mas reconhece que não se deve exportar impostos. No entanto, isso não significa deixar de lado mecanismos já existentes. “Queremos um comércio livre, porém leal” disse, acrescentando que isso inclui recorrer a cláusulas anti-“dumping” quando for necessário. Do lado brasileiro, quer dizer que poderá haver salvaguardas, como

as tarifas para têxteis sintéticos, adotadas com base no acordo Multifibras. “Essa demanda é justa e vamos atuar para que seja imposta.”

• **Salários** — O presidente Itamar deverá vetar a proposta de reajuste mensal dos salários com reposição total da inflação. O ministro sublinhou que o Congresso poderá até aprovar o projeto, derrubando o veto presidencial, mas disse: “Nesse caso, quero que o Congresso me diga de onde tirar o dinheiro”. Segundo seus cálculos, o salário mínimo já teve um crescimento real de 13%, em dólares, neste ano.

• **Dívida externa** — O Brasil não deve tanto dinheiro como se pensava nem o valor da dívida é tão inflacionário quanto se

acreditava dez anos atrás, disse o ministro. Os bancos privados têm US\$ 35 bilhões a receber, enquanto a dívida interna beira os US\$ 30 bilhões. “Isso é menos do que o que o Brasil exporta em um ano”, disse o Fernando Henrique. A previsão para 1993 é colocar US\$ 40 bilhões em produtos brasileiros no exterior.

• **Orçamento** — Os cortes propostos pelo governo federal vão manter as prioridades já anunciadas. “Não podemos fazer cortes que interrompam o crescimento econômico”, disse o ministro. Para evitar a adoção de medidas que prejudiquem o desempenho das estatais, poderá ser solicitada a apresentação de planilhas de custos.

• **Rolagem da dívida** — O governo não pretende que-

brar estados nem municípios, mas exige que eles paguem o que devem. O caminho, entretanto, é o da negociação. “Não adianta impor regras que não possam ser cumpridas.”

• **Inflação** — O custo de vida no Brasil é definido pelos índices que projetam a taxa futura. “A inflação é uma profecia que se autorrealiza”, disse o ministro. Segundo ele, o combate à inflação deve ser um processo gradual, e não um único golpe.

• **Dolarização** — O governo não pretende dolarizar a economia nem adotar medidas como na Argentina, no Chile, na Bolívia ou mesmo no México, que foi considerado o país com conjuntura mais semelhante à brasileira, de acordo com o ministro.

• **Revisão Constitucional** — Da Constituinte deverá sair a nova imagem do Estado brasileiro. “Temos que definir qual o papel do Estado. Acho que ele deve ser forte e competente em algumas áreas e sair de outras”, disse o ministro. O governo, no entanto, não deve apresentar um projeto de reforma para não influenciar nos trabalhos.

• **Política** — O ministro desmentiu que tivesse aspirações políticas fora do ministério que ocupa. Segundo ele, o cargo veio “a uma pessoa que jamais cogitou de ocupá-lo”. Fernando Henrique frisou: “Não vou usar o cargo como trampolim para outros cargos. Não se pode confundir o combate à inflação e um plano econômico com uma jogada política”.

• **Reforma Tributária** — O ministro é favorável a que a modificação seja antecipada, tramitando independentemente da reforma constitucional, mas reconheceu que há vários dispositivos tributários dentro da Constituição e dela dependem. “As aprovações poderão ser feitas até meados de outubro, se a revisão constitucional começar no dia 5 daquele mês. O processo mais rápido sugerido pelo ministro é o de aprovação emenda por emenda.”

• **Prefixação** — Segundo o ministro, a dificuldade em estabelecer antecipadamente um índice de inflação está em atender aos interesses da sociedade. Ele descartou a adoção desse sistema para os preços, alegando que acabariam incorrendo num congelamento. “E nós já conhecemos as dificuldades disso”.

• **Sonegação** — O governo vai continuar investindo no combate à sonegação, mas o ministro ressaltou que a Receita tem normas expressas para manter o sigilo sobre o nome daqueles que estão sendo investigados.

• **Superávit** — O bom resultado obtido no primeiro semestre deste ano, com um superávit de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) não deverá se repetir.